

ANÚNCIO

“FRIGOCON – Indústria de Frio e Congelação, S.A.”, NIPC 500 606 552, com sede na Rua das Calçadas, 568, União das Freguesias de Touguinha e Touguinhó, Concelho de Vila do Conde, Distrito do Porto, com o capital social de € 10.000.000,00 (dez milhões euros), representado por dois milhões de ações ao portador, com o valor nominal de cinco euros cada, vem, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei 123/2017 de 15 de Setembro e tendo em vista a conversão das suas Ações ao Portador em Ações Nominativas, **comunicar** aos seus ACIONISTAS o seguinte:

A – VALORES MOBLIÁRIOS A CONVERTER E NORMATIVOS LEGAIS QUE IMPÕEM TAL CONVERSÃO:

Encontrando-se em curso o período transitório imposto pela Lei 15/2017 de 3 de Maio para a conversão das Ações ao Portador em Ações Nominativas e mostrando-se a totalidade do Capital Social desta Sociedade - € 10.000.000,00 (*dez milhões euros*) – representado por Ações ao Portador – 2.000.000 (*dois milhões*) de Ações no valor nominal de € 5,00 (*Cinco Euros*) cada uma - tem a Sociedade prazo até ao dia 4 de Novembro de 2017 para, dando cumprimento ao determinado pela acima referida Lei – *que veio proibir a emissão de Valores Mobiliários ao Portador* - e com observância do disposto no Decreto-Lei 123/2017 de 15 de Setembro- *que veio regular o processo de conversão imposto pelo redito normativo legal* - converter a totalidade das suas Ações ao Portador em Ações Nominativas.

B – PRAZO PARA A ENTREGA DAS AÇÕES OBJETO DE CONVERSÃO:

Atendendo a que as Ações da Sociedade - *na sua totalidade tituladas e ao portador* – não se mostram integradas em sistema centralizado (*o que implica que o ato de conversão apenas possa operar com a efetiva substituição/ alteração dos Títulos*) devem os Acionistas proceder à entrega das Ações ao Portador de que sejam titulares, na sede da Sociedade e durante o seu horário normal de expediente, antes do termo do prazo transitório em curso (4 de Novembro de 2017).

Assim sendo e atenta a necessidade de se concluir o processo de conversão antes da acima referida data, fixa-se como **data limite para a entrega** das Ações ao Portador de que os Acionistas sejam titulares **o dia 31 de Outubro de 2017**.

As Ações ao Portador entregues à Sociedade, depois de substituídas por novas Ações Tituladas Nominativas – *que poderão ser representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil, cinco mil e dez mil acções (como previsto no Pacto Social)* - serão pela mesma destruídas.

C – DA DELIBERAÇÃO SOBRE AS ALTERAÇÕES AO CONTRATO DA SOCIEDADE:

Em ordem a dar início e cumprimento ao processo de conversão de Ações ao Portador em Ações Nominativas – **imposto pela Lei 15/2017 de 3 de Maio e regulamentado pelo Decreto-Lei 123/2017 de 25 de Setembro** – o **Conselho de Administração** reuniu no passado dia 9 de Outubro de 2017 tendo deliberado a conversão das Ações ao Portador da Sociedade em Ações Nominativas e, por decorrência, alterar o respetivo Pacto Social em conformidade com tal decisão, passando o n.º 3 do artigo 4.º do Pacto Social a deter a seguinte redação:-----

3 - As Ações são nominativas, tituladas ou escriturais, podendo ser convertidas quanto à sua forma de representação por iniciativa do emitente a cargo de quem ficarão as respetivas despesas de conversão. -----

D – DO REGISTO DAS ALTERAÇÕES AO CONTRATO:

É intenção da Sociedade proceder ao registo comercial das alterações introduzidas ao Pacto Social até ao dia 19 de Outubro de 2017.

E - DAS CONSEQUÊNCIAS DA NÃO CONVERSÃO DAS AÇÕES AO PORTADOR DURANTE O PERÍODO TRANSITÓRIO:


Na eventualidade do processo de conversão das Ações ao Portador em Ações Nominativas não se mostrar concluído até ao fim do período transitório - **4 de Novembro de 2017** - dispõe o n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 15/2017 de 3 de Maio (complementado pelo artigo 7.º do Decreto-Lei 123/2017 de 15 de Setembro) que fica proibida a transmissão de tais Valores Mobiliários ao Portador e suspenso o exercício de quaisquer direitos inerentes aos mesmos – *tais Títulos apenas conferem legitimidade para a solicitação do registo a favor dos respetivos titulares.*

Durante o referido período de suspensão, todos os rendimentos devidos pela Sociedade Emitente a favor dos titulares das Ações ao Portador não convertidas - ***dividendos, juros ou quaisquer outros rendimentos cujo pagamento venha a ser suspenso*** - devem ser depositados pela Sociedade Emitente (em conta aberta em seu nome) junto de uma única Entidade legalmente habilitada para o efeito.

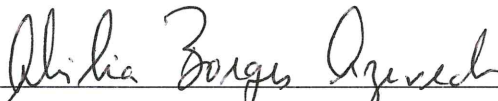
Os titulares das Ações ao Portador não convertidas têm o direito de, a qualquer momento, apresentarem os respetivos Títulos à Sociedade e solicitarem que aquela pratique todos os atos necessários à conversão das suas Ações ao Portador em Ações Nominativas, caso em que os valores depositados na acima referida conta – *deduzidos os custos inerentes à sua manutenção e os eventuais juros que, no entretanto tenham vencido (os quais revertem para a Sociedade)* - serão libertados (mediante transferência para a conta bancária que, para o efeito, for indicada pelos Acionistas).

Vila do Conde, 12 de Outubro de 2017

O Conselho de Administração



Isabel Coutinho de Azevedo



Maria Abília Cardoso Borges de Azevedo



Rui Manuel Coutinho de Azevedo

